



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR

PARECER

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 514/2024

Autoria: Dep. Mayra Dias

Relator: Dep. Felipe Souza

ALTERA, na forma que especifica, a Lei nº 6.458 de 22 de setembro de 2023, que “CONSOLIDA a legislação relativa à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA e dá outras providências”.

I - RELATÓRIO:

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei Ordinária nº 514/2024, de autoria de Mayra Dias, parlamentar deste poder, que altera, na forma que especifica, a Lei nº 6.458, de 22 de setembro de 2023, que CONSOLIDA a legislação relativa à pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo - TEA e dá outras providências.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, alínea “a” c/c Art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno.

É o breve relatório. Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR

Com base no que dispõem o Art. 33, *caput*, da Constituição Estadual¹ e Art. 87, inc. I, do Regimento Interno², a Mesa Diretora submete para apreciação desta Casa Legislativa a presente propositura.

Procedendo, então, a devida análise da constitucionalidade e da juridicidade, verificou-se que a presente propositura está em consonância com a Constituição Federal. Veja-se.

O controle de constitucionalidade pressupõe a existência de uma Constituição rígida, traduzido pela existência de um processo de alteração diverso das demais leis. Isso porque se fossem iguais, qualquer lei poderia mudar a Constituição.

No Brasil, as leis infraconstitucionais são aprovadas com quórum de maioria ou maioria absoluta, enquanto a Constituição somente pode ser alterada se o texto for aprovado por 3/5 do Senado e da Câmara dos Deputados em dois turnos de votação, ou seja, a Constituição brasileira é rígida.

O controle de constitucionalidade repousa sua importância nos efeitos causados pela inconstitucionalidade à luz da teoria da nulidade adotada pelo Brasil, segundo a qual a lei ou ato normativo viciado nasce nulo, ou seja, sem validade, dele não se originando direitos.

Sobreleva gizar, por fim, que este controle se divide em preventivo e repressivo e é realizado por todos os Poderes, cabendo a este poder, através desta Comissão, o controle preventivo que tem por escopo impedir que uma lei eivada pelo vício da inconstitucionalidade ingresse no ordenamento jurídico.

Feitas estas considerações, passa-se ao estudo da norma.

¹ Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição

² Art. 87. A apresentação de projetos respeita a iniciativa privativa, nos termos da Constituição do Estado, admitindo-se as seguintes hipóteses quanto à autoria: I – Deputado e ou Deputados em conjunto, com limite de 02 (dois) Deputados por Projeto;





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR

A matéria disciplina no projeto em epígrafe está inserido no rol de competências concorrentes cuja reserva à União é apenas quanto às normas gerais, nos termos da CRFB/88, razão pela qual não se vislumbram óbices:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

No que tange à constitucionalidade material, há clara compatibilidade, considerando que o projeto tem por escopo garantir a dignidade e cuidar da proteção com deficiência:

CRFB:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Além disso, não se pode olvidar que a legislação que será alterada é de iniciativa desta Casa e, estando em vigor, goza de presunção de Constitucionalidade, razão pela qual não se vislumbram óbices ao seu prosseguimento.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende aos requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL, ao projeto de lei nº 514/2024**, de autoria da Dep. Mayra Dias, conclamando aos nobres pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

Manaus, 27 de setembro de 2023.

DEPUTADO FELIPE SOUZA

Relator

